



Sebastião Nery, Carlos Castelo Branco, Alfredo Obliziner, Lázaro Barbosa e Ruy Lopes fizeram parte da mesa-redonda

Representação em debate

Senador quer uma discussão ampla sobre o assunto, que já considera maduro

Na presença de numeroso público, predominantemente jovem, e dos membros da diretoria da Associação Comercial do Distrito Federal — sem dúvida a classe empresarial mais interessada nos debates da noite de anteontem, do Seminário Brasília Anos 80, que abordou o tema "Brasília: uma Visão Política" — o senador Lázaro Barbosa (PMDB-GO), presidente da Comissão do Distrito Federal no Senado, voltou a tocar nos assuntos pelos quais mais vem lutando ultimamente: a falta de representatividade política própria de Brasília e a ampliação da Amazônia Legal, do Paralelo 13 ao 16, que se estende até os limites do DF, como forma de incentivar o investimento do pequeno e médio empresário na região.

A representatividade política, que despertou mais interesse nos debates que se seguiram às conferências, teve também como parceira, a proposta de um outro conferencista, o jornalista Sebastião Nery, que ao lembrar da existência de um projeto em andamento na Câmara dos Deputados, sugeriu tanto ao senador Lázaro Barbosa como aos presentes, que se iniciasse uma campanha para dar ao Aeroporto Internacional de Brasília o nome do fundador da cidade, Juscelino Kubitschek, lembrando porém que não se tratava daquele "pombal" que é hoje o Aeroporto de Brasília, mas de um projeto em mãos do GDF, do arquiteto Oscar Niemeyer, que viria a ser construído no futuro.

Três jornalistas políticos dos mais atuantes atualmente no país: Carlos Castello Branco, ex-secretário de Imprensa do Presidente Jânio Quadros, presidente do Sindicato dos Jornalistas do DF, reconhecidamente o melhor analista político do país, ex-diretor da sucursal do "Jornal do Brasil" em Brasília e titular da "Coluna do Castello" naquele órgão carioca; Sebastião Nery, ex-deputado do Partido Socialista Brasileiro, cassado em 1964, hoje colunista nos jornais "Última Hora" e "Folha de São Paulo"; Rui Lopes, diretor da sucursal do jornal "Folha de São Paulo" em Brasília e que integrou a equipe pioneira da "Folha" em 1960 e um representante da cadeira de Goiás no Senado, Lázaro Barbosa, traçaram a visão política de Brasília desde a sua fundação.

O primeiro conferencista da noite, Castello Branco, preferiu traçar um panorama histórico dos principais acontecimentos que marcaram Brasília no seu início como capital. Castello lembrava que durante 10 ou 12 anos Brasília foi uma capital eventual, "era como um local que, de vez em quando, periodicamente era invadido pelas

águas da maré ou da enchente, e depois as águas se recolhiam e deixavam a solidão e o deserto".

Vivemos os intensos momentos de drama político da cidade e os momentos de atividade solitária e de depressão da vida política de Brasília. Hoje, esse drama é um drama vencido. Brasília tornou-se realmente a capital política do país, e a sede principal das decisões nacionais. Nestes 20 anos de existência, Brasília assistiu à posse de sete presidentes da República. Das pessoas que exerceram o poder neste período, ela só foi poupada da presença da Junta Militar, que não chegou a funcionar aqui, disse Castello.

Segundo ele, o primeiro presidente, o que inaugurou e criou Brasília — Juscelino Kubitschek — era um itinerante, "ele nunca morou em Brasília, como nunca morou no Rio, e em parte nenhuma. Ele morava em toda parte, ele vivia levando as suas idéias e sua inquietação pelo Brasil inteiro". Mas, "o primeiro presidente que tomou posse aqui — Jânio Quadros — foi o primeiro a morar aqui, e viver efetivamente em Brasília".

Mas, acrescenta, esse período em que Brasília se tornou, de início, uma capital efetiva, no curto período do Governo Jânio Quadros, seria cedido por episódios dramáticos que ameaçaram a consolidação da capital e chegaram, em certo momento, a dar a impressão de que Brasília não se consolidaria como sede do Governo. "A começar porque o presidente Jânio Quadros, que enfrentava situação econômica difícil, muito parecida com a que vivemos hoje, cortou os investimentos públicos, inclusive não fez nada em Brasília a não ser aquele pombal da Praça dos Três Poderes. Foi o único monumento que ele deixou na cidade".

A palestra de Carlos Castello Branco, ficou, praticamente, nos acontecimentos históricos que antecederam o golpe de 64, mais especificamente até o período João Goulart.

Para o jornalista Rui Lopes, segundo conferencista, "a história de Brasília como capital confunde-se com a história do poder instituído pelo movimento de março de 64. "O poder — e não a cidade — é que condicionou e condiciona o processo político em todos os seus aspectos, entre eles o da comunicação", disse, acrescentando "quando o marechal Castello assumiu o Governo, há dezesseis anos, o acampamento estava tal e qual o deixara Juscelino. Ele e seus sucessores são os responsáveis pelo estágio atual da cidade, pelo que há de bom e pelo que há de ruim".

Já Sebastião Nery, que aqui não

vive e que vem a Brasília, às vezes profissionalmente, preferiu traçar o seu depoimento dentro de uma visão "de lá", ou seja, de fora para dentro. E assim ele começou a contar como tomou contato pela primeira vez com a idéia de Brasília, a partir de um Congresso Nacional de Jornalistas realizado em 1953 em Goiânia, onde, em todos os papéis-ofício ou simples papéis de anotações do Congresso se lia algo que ele dizia ser mais ou menos assim: "A Capital do Brasil deve vir para o Planalto Central".

E já nas campanhas eleitorais em 1955, Juscelino enfatizava a necessidade de se transferir a capital do país para o Planalto, naquilo que Sebastião Nery chama de "visão espanhola", já que os portugueses sempre primaram pela construção de suas cidades à beira-mar, ao contrário dos espanhóis que preferiam afastá-las da orla marítima.

Mas disse ele, mais à frente, alguém pode perguntar: "A Revolução de 64, que foi uma revolução nascida do ventre da UDN, e fecundada pelos militares, por que a Revolução de 64 não devolveu a capital para o Rio de Janeiro? "É muito simples, respondeu. Porque aqui se permite maior concentração do Poder. Em vez de o poder correr para o Rio, ou correr para o litoral, ou correr para onde está a maioria da população, acontece o contrário. Quem quiser conversar com o Poder tem que vir a Brasília, porque Brasília hoje, realmente, se definiu e se instalou como a capital política e administrativa do país. Claro que vai demorar um pouco para se instalar como a capital cultural do país, um dia, inevitavelmente, vai acontecer".

Há pouco tempo, dois anos atrás, Brasília assistiu à operação da derrubada do general Silvío Frota do Ministério do Exército. O general Geisel, presidente da República, não precisou sair do seu gabinete; o general Hugo Abreu, que muito fez e depois muito se arrependeu, mas cumpriu eficientemente o seu papel naquele instante, que comunicou, tramou e articulou toda a derrubada do general Silvío Frota, eles não precisaram mais de uma hora para chamar a Brasília todos os comandos militares e para articular um sistema de cobertura em todas as bases militares do país — acrescentou ao enfatizar que com o aceleramento dos meios de comunicação, "é claro que hoje o Poder pode exercer, realmente, o poder em Brasília e se comunicar, em poucos minutos, com todo o país".

Assim, prossegue, "esta história de frases brilhantes de amigos nossos, mas que vivem lá onde eu vivo, como: "Brasília é um escritório e ninguém gosta de dormir no es-

critório", é uma frase brilhante, e um pouco até verdadeira, mas, é só uma frase temporariamente verdadeira, porque Brasília está apenas com 20 anos. Quando Brasília estiver com 40 anos, ninguém repetirá esta frase que, aliás, é do meu querido amigo deputado Ulysses Guimarães".

— Brasília, cidade sem voz e sem voto onde os seus habitantes tiveram reduzidos os seus direitos de cidadania, porque se inscrevem como eleitores para nada, porque lhes negam o direito de exercer o voto, lhes negam o direito de escolher seus próprios representantes". A representatividade política para Brasília foi o carro-chefe do último conferencista da noite, senador Lázaro Barbosa, que não se esqueceu também de citar uma outra luta encetada pelos goianos, com apoio maciço do empresariado do Distrito Federal, que é ampliar a área de ação da Amazônia Legal, até os limites do Distrito Federal, beneficiando cerca de 65 cidades de Goiás com os incentivos fiscais provenientes dessa extensão.

— Mesmo que se pudesse ter contado Brasília nas condições, nas dimensões do planejamento inicial, na realidade o Senado, e em particular, a Comissão do Distrito Federal (da qual é presidente), não têm condições de ser a Câmara Legislativa de Brasília. Os senadores da República, preocupados que estão com os problemas dos seus estados e do País, não podem ter conhecimento e acompanhar passo a passo os problemas, por exemplo, de saneamento básico e até mesmo as distorções na infra-estrutura da cidade. Não se tem sequer uma fiscalização efetiva do Governo do Distrito Federal. E se os senhores computarem os orçamentos da República dos últimos anos, vão verificar que inclusive os recursos alocados para a chamada região geoeconômica de Brasília, com o objetivo de desenvolvê-la e oferecer-lhe condições de produzir pelo menos aquilo que é essencial ao consumo do povo brasileiro, vão verificar que a maior soma desses recursos foi desviada, e para obras até mesmo de discutíveis sentidos práticos, como, por exemplo, esta obra faraônica que aí está: o Parque Rogério Pithon Farias".

O senador Lázaro Barbosa, após taxar Brasília de "a maior favela do Mundo, porque aqui vivem cerca de 700 mil criaturas no desemprego e no subemprego", coloca a extensão da Amazônia Legal como uma solução para resolver "os dramas sociais que vão se desenvolver daqui para a frente".